

# RETORNO DO LEVIATÃ: CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA DA GUERRA

Pedro Henrique Magalhães Queiroz<sup>1</sup>

**RESUMO:** Existe uma crise de valorização real do Valor, tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de mercadorias que é a substância social do Capital como fim em si mesmo (ou, ainda, como Conceito em si e para si), concepção esta expressa na fórmula de Marx acerca de uma inversão basilar ocorrida na sociedade moderna, em seu modo de produção, a saber: D-M-D'. O dinheiro, que é fenômeno do Valor como Ser, ao tornar-se alfa e ômega, princípio e fim deste modo de produção, instaura uma dinâmica pulsional, uma espécie de carência fundamental, uma autocontradição inseparável da guerra como mecanismo instaurador, mantenedor e compensatório desse cavalo de eletricidade chamado progresso. Diagnosticar, em alguma medida, as linhas gerais desse enlace de economia e guerra é o intento deste artigo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Leviatã. Economia. Guerra.

**ABSTRACT:** There is a crisis of real appreciation of Value, socially necessary labor time for the production of commodities, which is the social substance of Capital as an end in itself (or as Concept itself and for itself), this concept expressed in the formula of Marx about a basic inversion that took place in modern society, in its mode of production, namely: D-M-D'. Money, that is a phenomenon of Value as Being, when it becomes alpha and omega, the beginning and end of this mode of production, establishes a drive dynamics, a kind of fundamental lack, a self-contradiction inseparable from war as an instituting, maintaining and compensatory mechanism of that horse of electricity called progress. To diagnose, in some measure, the general lines of this link of economy and war is the intent of this article.

**KEYWORDS:** Leviathan. Economy. War.

---

<sup>1</sup> Mestre em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Email: pedro.magalhaes-7@outlook.com.

Tenho apenas duas mãos  
e o sentimento do mundo,  
mas estou cheio de escravos,  
minhas lembranças escorrem  
e o corpo transige  
na confluência do amor.

Quando me levantar, o céu  
estará morto e saqueado,  
eu mesmo estarei morto,  
morto meu desejo, morto  
o pântano sem acordes.

Os camaradas não disseram  
que havia uma guerra  
e era necessário  
trazer fogo e alimento.  
Sinto-me disperso,  
anterior a fronteiras,  
humildemente vos peço  
que me perdoeis.

Quando os corpos passarem,  
eu ficarei sozinho  
desafiando a recordação  
do sineiro, da viúva e do  
microcopista  
que habitavam a barraca  
e não foram encontrados  
ao amanhecer

esse amanhecer  
mais noite que a noite.

(DRUMMOND, Sentimento do mundo).

## 1. Prelúdio tupiniquim

“Ao vencedor, as batatas!”, disse o filósofo Joaquim Borba dos Santos, o Quincas Borba, personagem de Machado de Assis, e fundou o *humanitismo*. A luta pela sobrevivência, na sua visão, seria produto de uma escassez natural, e a vida mera demonstração de força. Borba é uma expressão pitoresca, ao mesmo tempo séria e cômica, do modo como no século XIX alastrava-se na cultura uma compreensão naturalizante, biologizante da experiência social, aquilo que viria a ser chamado de *darwinismo social*.

Não custa lembrar que o território no qual Machado escreve sua prosa ganhará uma conformação nacional, a brasileira, a partir do modo como o militarismo destas terras se sairá vitorioso no *Paraguai* (1864-1870) e em *Canudos* (1896-1897), carregando nas suas entranhas a ideologia do progresso em matiz positivista. Não à toa a transição conciliada à República ter sido levada a cabo pelos marechais, que acabaram por inscrever na bandeira o emblema: ordem e progresso. O que não é outra coisa senão: segurança armada e desenvolvimento econômico. Positivismo, no sentido de uma naturalização do social, e guerra estão inseparavelmente articulados.

O que faz um autor brasileiro como Paulo Arantes, dialogando com os apontamentos do projeto *homo sacer* de Giorgio Agamben, associar o estado de emergência, de sítio ou de exceção a um estado de necessidade, a uma espécie de anterioridade da necessidade frente à liberdade da decisão política, é algo que pode nos ajudar a compreender o fenômeno da guerra em um sentido até, em um primeiro momento, aparentemente similar ao do primeiro filósofo, o Borba, mas precisamente distinto:

Por mais que Clausewitz tenha se esforçado por entroncar a violência cega da guerra na rota política da razão e da vontade, ela nunca deixou de emanar do reino mesmo da necessidade, expresso na ilimitação inerente a todo esforço bélico. Daí a relutância que os Estados pelo menos precisam aparentar quando lançam mão desse último recurso. Afirmar que a guerra é um mal necessário é mais do que apenas parolagem edificante, é admitir que ela procede dessa esfera inferior e tenebrosa em que as sociedades estão cruamente empenhadas em impedir sua destruição.<sup>2</sup>

Existem dois possíveis caminhos para compreendermos a vigência desse *estado de necessidade* socialmente produzido. De um ponto de vista político-jurídico, está associado à emergência das lutas sociais proletárias no interior do Estado republicano burguês, instaurando a necessidade de sua contensão para além dos marcos da regulamentação jurídica – problema que

---

<sup>2</sup> ARANTES, *Extinção*, [Diante da guerra], p. 27.

pode ser estendido à questão indígena, das populações negras periféricas, dos imigrantes refugiados. De um ponto de vista econômico-financeiro, está associado aos contextos de crise da forma de produção e de reprodução social baseada no capital. Por hora, precisamos nos ater apenas ao segundo ponto.

Se pudermos tomar um paralelo histórico como ponto de partida para a compreensão do significado contemporâneo da guerra, esse paralelo está na semelhança entre o contexto do entreguerras, na primeira metade do século XX, e o contexto atual, as duas primeiras décadas do século XXI. O denominador comum de ambos chama-se: refluxo. O primeiro como refluxo do universalismo ocidental expresso nos valores iluministas de igualdade, liberdade e racionalidade, de autonomia e felicidade a partir do progresso material da civilização industrial, no contexto da crise econômica de 1929, da mobilização nazifascista que lhe sucedeu e, enfim, na guerra mundial. O segundo como refluxo do discurso de integração mundial pelo mercado no contexto da globalização expresso nos atentados de 11 de Setembro, na ocupação de Iraque e Afeganistão até seu ponto culminante na crise de 2008 e na intensificação da economia de guerra nas guerras civis pelo mundo, como no caso da Síria.

O movimento que está na base de ambos não é bem o da instância biopolítica, da relação entre poder soberano e vida nua enquanto relação de matabilidade; isso é a expressão de um estado de coisas que tem sua origem na contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e o caráter das relações sociais de produção; precisaríamos, antes, de uma *crítica da economia política da guerra*. Precisaríamos situar essa dimensão do problema recorrendo a Walter Benjamin, inserido no primeiro contexto, e seu diálogo com a crítica da economia política de Karl Marx; e recorrendo também a Paulo Arantes, inserido no segundo contexto, particularmente seu diálogo com o teórico e estrategista militar prussiano Carl von Clausewitz. Articulado a esses dois autores, poderíamos recorrer, enfim, aos apontamentos de Robert Kurz sobre a relação entre dinheiro mundial e poder mundial, entre o capital mundial e as suas guerras de ordenamento mundial.

## 2. Pacto entre Hydra e Leviatã

(...) ontologia do antigo secretário de Defesa norte-americano Donald Rumsfeld: as coisas que nós sabemos que sabemos; as que nós sabemos que não sabemos; e, as mais inquietantes, as que nós não

sabemos que não sabemos. Como estas últimas lhe tiravam o sono, acordava atirando a esmo (...)

(ARANTES, Depois de junho a paz será total).

Em outros tempos até se poderia dizer: busco uma morte honrosa. O *ethos* guerreiro fundamentou-se em uma época na qual a guerra seguia o mesmo princípio da atividade produtiva, o artesanal. Assim como ao “homem” cabia a virtude do bem-fazer o seu ofício, a sua *téchne*, na guerra cabia ao guerreiro demonstrar sua coragem, sua força, sua destreza. A guerra era o momento de afirmação da potência individual e de um povo; ainda que atroz, permitia uma realização subjetiva e cultural.

Outra é a configuração da *guerra técnica*<sup>3</sup>, que tem sua origem no invento e uso das armas de fogo e seu vértice na Grande Guerra (1914-1918), que modifica substancialmente as noções de tática e estratégia. Isso porque assim como na esfera da atividade produtiva, no caso do mundo moderno o *trabalho*<sup>4</sup>, a maquinaria industrial vai gradativamente eliminando a centralidade do “homem” o tornando um apêndice da máquina, seu supervisor, até o ponto atual de torná-lo cada vez mais supérfluo, na guerra o conflito passa a depender cada vez menos do “minúsculo corpo humano”<sup>5</sup> e cada vez mais do aparato técnico-científico.

Na guerra de trincheiras não havia mais tarefa humana que não a imobilidade (imobilidade na infantaria), ao mesmo tempo em que a sociedade civil, o maquinário industrial, as redes de comunicação, enfim, todo o aparato produtivo, comunicativo, de transporte<sup>6</sup> e humano era mobilizado massivamente para a destruição. A imobilidade no interior de uma cova quilométrica se contrastava com a mobilidade dos aeroplanos que arremecavam bombas e gás. Não há honra, não há virtude, não há um grande feito, apenas descarte e morte, silêncio e impotência diante do aparato destrutivo tornado maior que seu criador, a anulação do “homem” diante da máquina.

<sup>3</sup> “Ei-la, a guerra: a guerra, tanto a ‘eterna’, de que tanto se fala, como a ‘última’ – a mais alta expressão da nação alemã. A essa altura, já deve ter ficado claro que atrás da guerra eterna há a ideia da guerra ritual e, atrás desta, a ideia da *guerra técnica*, e também que os autores não conseguiram compreender essas relações. Mas a última guerra tem uma característica especial. Ela não foi somente a guerra das batalhas de material, foi também a guerra perdida. Perdida, num sentido muito particular, pelos alemães” (BENJAMIN, *Magia e técnica, arte e política*, [Teorias do fascismo alemão], p. 64).

<sup>4</sup> “O trabalho parece uma categoria muito simples. A representação do trabalho nessa universalidade – como trabalho em geral – também é muito antiga. Contudo, concebido economicamente nessa simplicidade, o ‘trabalho’ é uma categoria tão moderna quanto as relações que geram essa simples abstração (...)” (MARX, *Grundrisse*, [Introdução], pp. 57-58).

<sup>5</sup> “Uma geração que ainda fora à escola num bonde puxado por cavalos viu-se abandonada, sem teto, numa paisagem diferente em tudo, exceto nas nuvens, e em cujo centro, num campo de forças de correntes e explosões destruidoras, estava o frágil e minúsculo corpo humano” (BENJAMIN, *Magia e técnica, arte e política*, [Experiência e pobreza], p. 115).

<sup>6</sup> “A revolução no modo de produção da indústria e da agricultura tornou, sobretudo, necessária uma revolução nas condições gerais do processo social de produção, isto é, nos meios de comunicação e de transporte” (MARX, *O capital*, [Desenvolvimento da maquinaria], p. 440).

O limite desta anulação é posto no culminar da segunda Grande Guerra (1939-1945), com o lançamento das bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki. Com ela a humanidade se encontra diante de sua pulsão autodestrutiva e a concebe como fenômeno estético de primeira ordem<sup>7</sup>; a sua extinção, não mais o feito de um corpo estranho viajando desde um lugar tão-tão distante, nem mesmo sua fraqueza em adaptar-se no curso da seleção natural das espécies, como feito seu, para consigo mesma, torna-se iminente, presente, e faz soar um alarme que soa sessenta vezes a cada minuto, instaurando o tempo da emergência, fazendo iniciar a abertura do sétimo selo, uma contagem regressiva até o possível dia da consumação não redentora dos tempos.

No final das contas, as guerras mundiais, tais como se apresentaram na primeira metade do século XX, são produto de algo denominado *imperialismo*. A *corrida do ouro* pelo monopólio econômico, consolidado pelo mercado financeiro, que se estende, funda e é fundado, na disputa pelo monopólio da violência, esse o significado da primeira Grande Guerra. No conflito subsequente, a segunda Grande Guerra, entra em cena o elemento nem tão novo da crise econômico-financeira, em que a guerra se apresenta como a salvaguarda da valorização do capital, a indústria bélica, a mobilização das forças produtivas para a destruição, como o ponto de sustentação da magia do mundo moderno:  $D - M - D'$ . Seu milagre de (trans)consustanciação do valor, como representação abstrata do trabalho, em dinheiro, e de sua multiplicação em mais dinheiro, esse o significado de capital.

Após o lançamento da Bomba (atômica), abre-se o período no qual vivemos até hoje. A potência nacional que se sobressai no conflito mundial chama-se Estados Unidos, que detém uma vitória financeira, no financiamento da reconstrução das nações perdedoras, e militar, a primeira a fabricar e usar a Bomba. No entanto, esta potência não aparece sem uma força oposta, o bloco da economia de comando estatal soviética, a URSS. É esta polarização, e a impossibilidade de um conflito direto entre as forças destrutivas e os exércitos nacionais dos sistemas de Estado vitoriosos, que instaura o período conhecido por guerra fria. É a partir daqui que a guerra entre nações passa a

---

<sup>7</sup> "A humanidade, que em Homero fora um dia objeto de contemplação para os deuses olímpicos, tornou-se objeto de sua própria contemplação. Sua autoalienação atingiu tal grau que se lhe torna possível vivenciar a sua própria aniquilação como um deleite estético de primeira ordem" (BENJAMIN, *Magia e técnica, arte e política*, [A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica], p. 94).

dar lugar à guerra civil, às guerras por procuração, à produção do globo terrestre como espaço de ocupação e conflito<sup>8</sup>.

A polarização da guerra fria se dissolve quando da queda do muro de Berlim e desmanche da URSS, entrando em cena a globalização hegemônica e assimétrica do capitalismo à americana. É por isso que logo em seguida, nos anos noventa (1990), forma-se o bloco da União Europeia, com integração política e econômica e moeda própria, o euro, sem, no entanto, poder fazer frente ao domínio assimétrico americano. O mesmo intuito se faz presente quando o bloco dos países emergentes, BRICS<sup>9</sup>, entra na cena da economia mundial no contexto da crise econômico-financeira americana, em 2008, sedimentada no significado da desregulamentação financeira desde os anos de 1970 – o significado da suspensão do padrão ouro ao *padrão dólar-armamento* como lastro do câmbio mundial<sup>10</sup> – e estourada a partir da crise no setor imobiliário, e da subsequente crise de insolvência do euro na relação entre a Alemanha credora e os países sulistas, PIGS<sup>11</sup>, endividados. Tanto o bloco da UE quanto o bloco BRICS não conseguem fazer frente ao monopólio econômico-financeiro-militar americano<sup>12</sup>, pois seu significado diz respeito ao modo como o padrão de valorização do capital mundial está sustentado na produção de guerras de ordenamento mundial.

Assim, não é bem a mudança de paradigma na política com o eventos de Auschwitz ou do 11 de Setembro que precisam ser postos como fio condutor, mas o significado da contradição apontada por Marx entre o desenvolvimento técnico, das forças produtivas e o tempo de trabalho socialmente necessário – dinheiro não é mais do que um desdobramento seu – para a produção das mercadorias em um determinado nível dessa produtividade como a contradição interna, o móvel, a pulsão lógico-histórica do capital – dinheiro que se valoriza mediante o processo produtivo ou especula lucros

<sup>8</sup> “Não só há anos nenhuma guerra é mais declarada (realizando assim a profecia de Schmitt, segundo a qual toda guerra se tornaria no nosso tempo uma guerra civil), mas até mesmo a invasão aberta de um Estado soberano pode ser apresentada como a execução de um ato de jurisdição interna” (AGAMBEN, *Meios sem fim*, p. 83).

<sup>9</sup> Bloco de cooperação econômica e política dos países emergentes Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

<sup>10</sup> “O dólar conservou a sua função de dinheiro mundial ao metamorfosear-se de dólar-ouro em dólar-armamento. E o caráter estratégico das guerras de ordenamento mundial, nos anos 1990 e após a virada do século, no Oriente Médio, nos Balcãs e no Afeganistão, consistia em primeira linha em perpetuar o mito do ‘porto seguro’ e, com ele, o dólar como moeda mundial através da demonstração de capacidade de intervenção militar global” (KURZ, *Poder mundial e dinheiro mundial*, pp. 28-29).

<sup>11</sup> Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha.

<sup>12</sup> “O aparelho militar norte-americano, edificado nos tempos do *boom* do pós-guerra, não tem concorrência. Ano após ano, o orçamento militar dos Estados Unidos é mais de vinte vezes superior ao alemão. Não existem condições nem militares, nem políticas, nem econômicas para uma nova potência concorrente” (KURZ, *Poder mundial e dinheiro mundial*, [Imperialismo de crise], p. 43). Poderíamos colocar, aqui, a questão de até que ponto a China, entre as civilizações mais antigas da Terra, poderia reaparecer no cenário do fim da história como a última potência ao lado dos Estados Unidos. Precisariamos, para respondê-la, levar em consideração o apontamento de Kurz a respeito de dois circuitos de déficit, predominantes no contexto da globalização do capital: “Cresce o buraco negro entre a criação de valor real no passado e o futuro ficticiamente antecipado. Esta construção de uma conjuntura de déficit global tem dois eixos principais: um maior, o circuito de déficit do Pacífico, entre China/Ásia Oriental e Estados Unidos, e um menor, entre a Alemanha e o restante da União Europeia, ou melhor, a Zona do Euro” (KURZ, *Poder mundial e dinheiro mundial*, [O clímax do capitalismo], p. 110).

futuros – que nos permite situar o significado das crises de 1929 e de 2008. A soberania política marcada pela exceção, pela emergência é um sintoma, funda e é fundada, pelo desdobramento dessa pulsão.

Isso porque não é bem, como diria Clausewitz, situado num período de guerra simétrica, de reconhecimento jurídico do outro (Estado) e equivalência militar, a guerra que é uma continuação da política por outros meios, ou mesmo, como nos diz Paulo Arantes, que hoje, num contexto de guerra assimétrica, de não reconhecimento do outro (Estado), de permanente ocupação militar e *caça*<sup>13</sup> dos inimigos – pois não se trata bem de um conflito, que pressupõe forças similares em condições de disputa –, é a política que se apresenta como continuação da guerra por outros meios; mas sim de compreender, como nos lembra Kurz, que a guerra é a continuação da concorrência econômica por outros meios.

Mas assim como a primeira Grande Guerra não foi consequência imediata de uma crise, o 11 de Setembro também não o foi. Ainda assim, podemos retomar a articulação entre o contexto do entreguerras e o nosso. Não sem antes apontar a dimensão política do problema. O que faz um autor como Carl Schmitt colocar a exceção como conteúdo, como fundamento da norma, não se separa da sua compreensão do próprio contexto excepcional do entreguerras. No caso do 11 de Setembro, já temos, como diz Paulo Arantes, um estado de necessidade – que funda a emergência – desejado<sup>14</sup>. Isso porque enquanto as crises e conflitos nos quais estava situado Carl Schmitt, como nos lembra Arantes, estouravam, eram acontecimentos imprevisíveis, assim como temporalmente situados, já que, como fala Clausewitz a respeito da *guerra real*, trata-se de um conflito simétrico que caminha para uma resolução, algum vitorioso, a figura atual da guerra, o estado de sítio – poder soberano que costuma ser conferido à autoridade militar – não mais como fenômeno apenas interno, mas mundial, uma soberania militar mundial, se apresenta como algo planejado, quisto, pois trata-se de um mecanismo de fim em si mesmo, um estado de exceção militar permanente e infinito, pois

---

<sup>13</sup> “Desde os primeiros dias que se seguiram ao 11 de Setembro, George W. Bush prevenira: os Estados Unidos iam se lançar em um novo tipo de guerra, ‘uma guerra que requer de nossa parte uma caça ao homem internacional’. O que a princípio soava simplesmente como um slogan pitoresco de caubói texano foi depois convertido em doutrina de Estado, com especialistas, planos e armas. Em uma década constituiu-se uma forma não convencional de violência de Estado que combina as características díspares da guerra e da operação de polícia, e que encontra sua unidade conceitual e prática na noção de caça ao homem militarizada” (CHAMAYOU, *Teoria do drone*, [Princípios teóricos da caça ao homem], p. 41).

<sup>14</sup> “A guerra do Iraque não veio a nosso encontro. Ela não ‘estourou’, como se dizia em tempos que hoje parecem antediluvianos. Aliás, nenhuma das atuais guerras norte-americanas ‘eclodiu’. Muito menos essa. (...) Trata-se, em suma, de uma guerra preventiva, como se diz na doutrina oficializada em setembro de 2002. (...) Era de se imaginar, desde que a ideia bárbara de guerra justa voltou a circular a partir da Guerra do Golfo. Assim, não pode mesmo ‘estourar’ – a menos que se tenha em mente uma operação relâmpago de ‘decapitação’, no pentágono do dia – uma guerra por tanto tempo ‘desejada e planejada’, como lamenta o pró-norte-americano confesso Günter Grass, acabrunhado com a decadência moral da primeira potência planetária” (ARANTES, *Extinção*, [Diante da guerra], p. 26).

fundado na assimetria, na impossibilidade de uma resposta equivalente, como uma doutrina de segurança autofundadora.

É importante perceber que a primeira guerra que marcará o novo período da assimetria, no contexto da globalização do capital, é a Guerra do Golfo (1990-1991). Ela marca, de um lado, a mudança da figura do inimigo – não mais o comunismo, mas agora certas nações e povos associados ao terrorismo; mudança fundamental no sentido da geopolítica econômica: a disputa por recursos estratégicos, ou ao seu *acesso* –, e de outro, tem ainda uma aval, um reconhecimento de sua justeza frente ao direito internacional, ao conselho de segurança da ONU, e assim em diante, pois foi uma resposta à ocupação do Kuwait por Saddam Hussein liderando o Iraque – é bom não esquecer como a *crise do petróleo* marca a entrada em cena no novo período. Com o 11 de Setembro, retoma-se uma antiga lição de Estado, o *terrorismo indireto*<sup>15</sup>, que vigora até hoje (da antiga *Al Qaeda* até o atual *Estado Islâmico*), e funda-se uma espécie de missão civilizatória, humanitária a partir de um maniqueísmo de bem e de mal, como se estivéssemos retornando aos tempos das *Cruzadas*, das guerras santas e, assim, como o outro não é nem gente, nem um ser a ser reconhecido, como há uma justificação moral, então não há que se seguir ordenamento algum, trata-se apenas de uma autolegitimação da força, para sustentar os padrões de rentabilidade e perpetuar-se como potência, perpetuando e sustentado, assim, a acumulação global de capital. Entramos aqui na *Doutrina Bush*, na sua *Doutrina de Segurança Nacional*, na *guerra preventiva e permanente* (sua outra face é a guerra ao narcotráfico) que talvez seja a espinha dorsal de como o Leviatã vai tentar salvar o mundo da barbárie, afundando-se nela.

É como se o 11 de Setembro, como desejo pelo estado de necessidade, de emergência, fosse já uma antevisão, uma preparação para a gestão da barbárie que é a incapacidade de integrar parcelas cada vez maiores da população, seu processo de desmanche pelo trabalho, de desintegração social, com o desmanche do *Estado bem-estar social* e aumento do paradigma securitário, do velho problema da segurança como legitimadora do pleno poder, da polícia política que marca o atual estado de guerra contra as populações pobres, desempregadas, periféricas,

---

<sup>15</sup> “Todos os atos de terrorismo, todos os atentados que tiveram e têm poder sobre a fantasia dos homens, foram e são ações ofensivas ou ações defensivas. Se fazem parte de uma estratégia ofensiva, a experiência há muito demonstrou que estão sempre condenados ao malogro. Se, pelo contrário, fazem parte de uma estratégia defensiva, a experiência mostra que estes atos podem obter algum sucesso, que no entanto é momentâneo e precário. (...) são sempre e unicamente os Estados que recorrem ao terrorismo defensivo, quer porque se encontram mergulhados numa grave crise social, como o Estado italiano, quer porque a temem como o Estado alemão. O terrorismo defensivo dos Estados é por eles praticado direta ou indiretamente, com as suas próprias armas ou com as de outrem. Se os Estados recorrerem ao terrorismo direto, o mesmo será dirigido contra a população (...) Se, pelo contrário os Estados decidirem recorrer a um terrorismo indireto, este deverá parecer dirigido contra o próprio Estado” (SANGUINETTI, *Do terrorismo e do Estado*, pp. 76-77).

imigrantes, negras, em situação de rua, indígenas e assim em diante. Não se trata bem de um desejo subjetivo, porque o soberano não decide por vontade própria, mas como resposta a um estado de emergência, de necessidade, que bem pode ser desejado, ou que necessita ser desejado. O fato é que sem o complexo industrial-militar não haveria como sustentar os níveis de rentabilidade do capital mundial; sem guerra, especulação e superexploração – mais valia não apenas relativa, mas absoluta – do que resta de postos de trabalho. Com o estouro da crise de 2008, é como se o Leviatã selasse a todo custo seu pacto de sangue com a Hydra capitalista.

Aquilo que se desdobrou de guerra civil de 2008 até aqui precisa ser visto em sua relação com a resposta mundial à crise interna da maior potência capitalista do globo, e de seu papel na máquina de valorização mundial. Guerra civil na Ucrânia, na Síria, em países do continente africano, na Venezuela; golpes parlamentares na América Latina; desmanche da exploração e dos rendimentos nacionais de reservas de petróleo<sup>16</sup>, recursos estratégicos, desmonte do social para o pagamento de dívida com o mercado financeiro, o mercado de ações que rege os níveis de investimento a nível mundial. A crise de refugiados, de imigrantes, que nos lembra os tempos de Auschwitz e da seca nordestina, está sendo produzida no interior dessa dinâmica. Onde estamos? Que horas são? Como anda a situação no *front* desse limiar histórico? São questões que merecem ser desdobradas.

No lado interno da guerra, a guerra ao narcotráfico, o tráfico de armas e de drogas, como dispositivo para se lidar com uma população indesejada, pois supérflua, desnecessária, o resto rejeitado pela imagem de felicidade que uma civilização decadente forjou como seu sonho, sua imagem de perfeição, como a marca central de um mercado altamente rentável. A emergência nos países da América Latina é inseparável de sua guerra aos pobres como guerra às drogas, inseparável do encarceramento e do extermínio; particularmente no Brasil, inseparável da herança da fratura entre *casa-grande e senzala-quilombo*, inseparável do fato de a mão de obra negra recém-liberta não ter sido integrada no trabalho assalariado, e sim a imigrante. Essa é a face da nossa guerra interna.

---

<sup>16</sup> “Vista desse ângulo, a atual guerra por energia fóssil – ou, se preferirmos, para lastrear pelo poder das armas o dinheiro mundial, também ele *under attack* – produz igual dose de entropia e caos sistêmico, como uma nova desertificação” (ARANTES, *Extinção*, [Diante da guerra], p. 27). “O que está em causa é menos o fluxo material do petróleo, que estaria garantido mesmo sem a intervenção militar, mas a salvação dos mercados financeiros no curto prazo” (KURZ, *Poder mundial e dinheiro mundial*, [Imperialismo de crise], p. 47).

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Meios sem fim: notas sobre política*. Trad. Davi Pessoa Carneiro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

\_\_\_\_\_. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *A rosa do povo*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

ARANTES, Paulo. *Extinção*. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. *O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência*. São Paulo: Boitempo, 2014.

ASSIS, Machado de. *Quincas Borba*. São Paulo: Clube do Livro, 1980.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2012.

\_\_\_\_\_. *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*. Trad. Gabriel Valladão Silva. Porto Alegre: L&PM, 2013.

CHAMAYOU, Grégoire. *Teoria do drone*. Trad. Célia Euvaldo. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

\_\_\_\_\_. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

SANGUINETTI, Gianfranco. *Do terrorismo e do Estado*. São Paulo: Projeto Periferia, 2003. Trad. João Neves e Joaquim Clemente. Disponível em: <<<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/terrorismoestado.pdf>>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

KURZ, Robert. *Poder mundial e dinheiro mundial: crônicas do capitalismo em declínio*. Trad. Boaventura Antunes, Lumir Nahodil e André Villar Gomez. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.